

**CURRÍCULO ADAPTADO OU  
CURRÍCULO INCLUDENTE?  
REFLEXÕES SOBRE  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  
DIFERENCIADAS PARA  
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
MUNICIPAIS**

**ADAPTED CURRICULUM OR INCLUSIVE CURRICULUM? REFLECTIONS ON  
DIFFERENTIATED PEDAGOGICAL PRACTICES FOR STUDENTS WITH  
DISABILITIES IN MUNICIPAL PUBLIC SCHOOLS**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 16/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778809960](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778809960)

---

Garrolici de Fatima Peixoto de Alvarenga<sup>1</sup>

Maurício Ramon dos Santos Oliveira<sup>2</sup>

Rita Aline Dos Santos De Sena Oliveira<sup>3</sup>

Hina Maria Ribeiro Cazimiro Kehl<sup>4</sup>

---

## RESUMO

A inclusão escolar de alunos com deficiência nas escolas públicas municipais exige uma reflexão sensível e comprometida sobre a forma como o currículo tem sido organizado e vivenciado no cotidiano pedagógico. Nesse contexto, o presente estudo aborda o tema “Currículo adaptado ou currículo includente? Reflexões sobre práticas pedagógicas diferenciadas para alunos com deficiência nas escolas públicas municipais”, compreendendo que a inclusão não se limita à matrícula do estudante na escola comum, mas envolve sua participação, aprendizagem, pertencimento e reconhecimento como sujeito de direitos. O objetivo geral da pesquisa é analisar como as práticas pedagógicas diferenciadas têm contribuído para a construção de um currículo includente para alunos com deficiência nas escolas públicas municipais, considerando os limites, desafios e possibilidades desse processo. A justificativa do estudo está na necessidade de superar práticas curriculares meramente adaptativas, que muitas vezes reduzem conteúdos ou isolam o estudante, avançando para uma proposta mais acessível, flexível e humana. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e estudos acadêmicos sobre currículo inclusivo, flexibilização curricular, educação inclusiva e práticas pedagógicas diferenciadas. Conclui-se que o currículo includente representa um caminho necessário para fortalecer a inclusão escolar, pois permite que os alunos com deficiência participem de forma mais significativa das experiências educativas, respeitando seus ritmos, potencialidades e diferentes modos de aprender.

**Palavras-chave:** Currículo includente; Educação inclusiva; Práticas pedagógicas.

## **ABSTRACT**

A inclusão escolar de alunos com deficiência nas escolas públicas municipais exige uma reflexão sensível e comprometida sobre a forma como o currículo tem sido organizado e vivenciado no cotidiano pedagógico. Nesse contexto, o presente estudo aborda o tema “Currículo adaptado ou currículo includente? Reflexões sobre práticas pedagógicas diferenciadas para alunos com deficiência nas escolas públicas municipais”, compreendendo que a inclusão não se limita à matrícula do estudante na escola comum, mas envolve sua participação, aprendizagem, pertencimento e reconhecimento como sujeito de direitos. O objetivo geral da pesquisa é analisar como as práticas pedagógicas diferenciadas têm contribuído para a construção de um currículo includente para alunos com deficiência nas escolas públicas municipais, considerando os limites, desafios e possibilidades desse processo. A justificativa do estudo está na necessidade de superar práticas curriculares meramente adaptativas, que muitas vezes reduzem conteúdos ou isolam o estudante, avançando para uma proposta mais acessível, flexível e humana. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e estudos acadêmicos sobre currículo inclusivo, flexibilização curricular, educação inclusiva e práticas pedagógicas diferenciadas. Conclui-se que o currículo includente representa um caminho necessário para fortalecer a inclusão escolar, pois permite que os alunos com deficiência participem de forma mais significativa das experiências educativas, respeitando seus ritmos, potencialidades e diferentes modos de aprender.

**Palavras-chave:** Currículo includente; Educação inclusiva; Práticas pedagógicas diferenciadas.

## **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão escolar tem se tornado uma das discussões mais necessárias no campo educacional, especialmente quando se observa a realidade das escolas públicas municipais e os desafios enfrentados para garantir o direito de aprendizagem dos alunos com deficiência. De acordo com Santos et al. (2025), a flexibilização e a adaptação curricular precisam ser compreendidas como estratégias pedagógicas capazes de favorecer o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes. Nesse sentido, pensar a inclusão não significa apenas assegurar a matrícula do aluno com deficiência na escola comum, mas garantir que sua presença seja acompanhada de acolhimento, participação efetiva, acesso ao conhecimento e respeito às suas singularidades.

Nesse cenário, o debate entre currículo adaptado e currículo includente ganha grande relevância, pois permite refletir sobre a forma como a escola tem organizado suas práticas diante da diversidade. De acordo com Fernandes (2024), o currículo inclusivo precisa ser vivido na sala de aula por meio de ações pedagógicas que reconheçam os diferentes modos de aprender dos estudantes. Muitas vezes, a adaptação curricular é realizada como uma tentativa de atender às necessidades do aluno com deficiência, mas, quando feita de maneira limitada, pode acabar reduzindo conteúdos, simplificando excessivamente atividades ou separando o estudante das experiências coletivas da turma.

Dessa forma, torna-se necessário compreender que o currículo includente vai além de pequenas alterações nas atividades escolares. De acordo com Feronatto (2022), a pedagogia diferenciada contribui para a inclusão quando reconhece que cada aluno possui ritmos, necessidades, potencialidades e formas próprias de participar do processo educativo. Assim, um currículo

verdadeiramente includente não espera que o estudante com deficiência se ajuste a um modelo pronto e rígido, mas propõe que a própria escola reveja suas práticas, seus planejamentos, suas metodologias, seus recursos e suas formas de avaliação.

As práticas pedagógicas diferenciadas, nesse contexto, tornam-se caminhos importantes para a construção de uma escola mais humana, democrática e acessível. De acordo com Reis (2025), uma prática pedagógica voltada à diversidade precisa reconhecer o estudante para além de suas limitações, valorizando seus avanços e suas possibilidades de aprendizagem. Por isso, recursos visuais, materiais concretos, tecnologias assistivas, jogos, atividades colaborativas, arte, música, avaliação flexível e mediação docente sensível podem contribuir para que o aluno com deficiência participe de forma mais significativa das experiências escolares.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como as práticas pedagógicas diferenciadas têm contribuído para a construção de um currículo includente para alunos com deficiência nas escolas públicas municipais, refletindo sobre os limites, possibilidades e desafios existentes no processo de inclusão escolar. De acordo com Monteiro et al. (2023), as práticas pedagógicas inclusivas precisam considerar mediações constantes, respeito ao tempo de aprendizagem e valorização dos avanços dos estudantes. Assim, a pesquisa busca compreender de que maneira a escola pode superar uma concepção apenas adaptativa de currículo e avançar para uma proposta mais participativa, acessível e comprometida com a aprendizagem de todos.

Como objetivos específicos, esta pesquisa busca identificar como o currículo tem sido organizado e desenvolvido nas escolas públicas

municipais para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência. De acordo com Morais et al. (2023), a inclusão na rede municipal ainda apresenta desafios relacionados às condições da sala de aula, à prática docente e às percepções sobre os estudantes com deficiência. Além disso, pretende-se compreender de que forma os professores utilizam práticas pedagógicas diferenciadas no processo de ensino e aprendizagem desses alunos, bem como refletir sobre os desafios enfrentados pela escola e pelos docentes na superação de um currículo apenas adaptado, buscando a construção de uma proposta curricular verdadeiramente includente.

A justificativa deste estudo está relacionada à necessidade de ampliar o olhar sobre a inclusão escolar, especialmente no contexto das escolas públicas municipais, onde muitos professores enfrentam desafios diários para atender alunos com diferentes necessidades. De acordo com Souza (2023), uma escola aberta para todos precisa investir em formação, diálogo e construção coletiva de estratégias pedagógicas inclusivas. Dessa maneira, a pesquisa se justifica por contribuir para uma reflexão sobre práticas que não apenas acolham o aluno com deficiência, mas que garantam sua participação, sua aprendizagem e seu sentimento de pertencimento ao espaço escolar.

Além disso, discutir o currículo includente é importante porque a escola pública precisa ser compreendida como um espaço de direito, equidade e valorização da diversidade humana. De acordo com Tourem et al. (2024), a integração entre família, práticas pedagógicas e tecnologias pode fortalecer a inclusão escolar ao ampliar as redes de apoio ao estudante. Assim, esta pesquisa torna-se relevante por evidenciar que a inclusão não depende apenas da

ação individual do professor, mas de um compromisso coletivo que envolve gestão escolar, coordenação pedagógica, Atendimento Educacional Especializado, família, políticas públicas e formação continuada.

Quanto à metodologia, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica, com base na análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e estudos acadêmicos relacionados ao currículo adaptado, currículo includente, educação inclusiva e práticas pedagógicas diferenciadas. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é relevante porque permite ao pesquisador entrar em contato com conhecimentos já produzidos sobre determinado tema, favorecendo uma análise mais fundamentada e crítica. Para isso, foram utilizados descritores como currículo adaptado, currículo includente, currículo inclusivo, educação inclusiva, alunos com deficiência, práticas pedagógicas diferenciadas, flexibilização curricular e inclusão escolar.

As buscas foram realizadas em plataformas acadêmicas como Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Diante desse percurso, a pesquisa parte da compreensão de que a inclusão escolar precisa ser pensada para além da presença física do aluno com deficiência na escola comum. De acordo com Fernandes (2024), o currículo inclusivo deve possibilitar a participação real dos estudantes nas experiências de aprendizagem, respeitando suas necessidades e potencialidades. Assim, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: de que maneira as práticas pedagógicas diferenciadas desenvolvidas nas escolas públicas municipais têm contribuído para a construção de um currículo verdadeiramente includente para

alunos com deficiência, superando a ideia de um currículo apenas adaptado?

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Currículo adaptado e currículo includente: conceitos, limites e possibilidades**

Pensar o currículo no contexto da inclusão escolar exige compreender que a escola pública municipal não atende sujeitos iguais, com ritmos iguais e necessidades iguais. De acordo com Santos et al. (2025), a flexibilização e a adaptação curricular precisam ser compreendidas como estratégias pedagógicas que favorecem o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência. Nesse sentido, o currículo não pode ser visto apenas como uma lista fixa de conteúdos a serem cumpridos, mas como um caminho formativo que precisa acolher diferentes formas de aprender, comunicar, interagir e construir conhecimento.

Quando se fala em currículo adaptado, muitas vezes a escola pensa apenas em modificar atividades, reduzir conteúdos ou simplificar tarefas para o aluno com deficiência. De acordo com Fernandes (2024), o currículo inclusivo precisa ultrapassar essa lógica de ajustes superficiais, pois sua finalidade é garantir a participação real do estudante na sala de aula. Assim, o problema não está na adaptação em si, mas na forma como ela é compreendida e aplicada, pois adaptar não deve significar diminuir expectativas, isolar o aluno ou oferecer uma aprendizagem empobrecida em relação aos demais colegas.

O currículo includente nasce de uma compreensão mais ampla e sensível da diversidade presente na escola. De acordo com

Feronatto (2022), a pedagogia diferenciada contribui para que o estudante com deficiência seja reconhecido em suas possibilidades, e não apenas em suas limitações. Dessa maneira, a escola passa a pensar o planejamento desde o início considerando que os alunos aprendem por diferentes caminhos. O currículo, então, deixa de ser uma estrutura rígida e passa a ser uma construção aberta, acessível, flexível e comprometida com a dignidade de todos.

Essa diferença entre adaptar e incluir é muito importante para o cotidiano pedagógico. De acordo com Reis (2025), uma prática voltada à diversidade exige que a escola reconheça as singularidades dos estudantes e organize respostas pedagógicas coerentes com suas necessidades. O currículo adaptado pode ser necessário em determinados momentos, especialmente quando há barreiras específicas de acesso ao conhecimento. No entanto, quando ele se limita a separar o aluno da turma ou a oferecer atividades sem sentido pedagógico, deixa de cumprir sua função inclusiva e reforça práticas excludentes.

O currículo includente, por sua vez, busca garantir que o aluno com deficiência participe da vida escolar com pertencimento. De acordo com Monteiro et al. (2023), as práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual precisam considerar mediações constantes, valorização dos avanços e respeito ao tempo de aprendizagem. Isso significa que a escola precisa criar condições para que esse estudante esteja envolvido nas propostas coletivas, ainda que necessite de recursos, apoios, linguagens ou formas diferenciadas de realizar as atividades.

Outro ponto essencial é compreender que o currículo includente não beneficia apenas o aluno com deficiência. De acordo com

Filipak (2023), um currículo mais amplo, sensível e emancipador valoriza diferentes linguagens, como a música, a arte, o corpo e a expressão criativa. Quando a escola diversifica suas práticas, todos os estudantes são favorecidos, pois passam a ter mais oportunidades de aprender de maneira significativa. Assim, a inclusão não empobrece o currículo, ao contrário, amplia suas possibilidades humanas, pedagógicas e sociais.

Nas escolas públicas municipais, a construção de um currículo includente também depende das condições concretas oferecidas aos professores. De acordo com Moraes (2023), as políticas curriculares precisam ser analisadas criticamente, pois nem sempre consideram as desigualdades e os desafios reais vividos nas escolas públicas. Por isso, não basta exigir que o professor inclua, é necessário garantir formação continuada, apoio especializado, recursos pedagógicos, planejamento coletivo e uma gestão comprometida com a aprendizagem de todos os alunos.

Portanto, refletir sobre currículo adaptado ou currículo includente é refletir sobre o próprio sentido da escola pública. De acordo com Santos et al. (2025), a flexibilização curricular deve estar a serviço de uma prática pedagógica inclusiva, orientada pelo direito de aprender e participar. Assim, o currículo includente representa um compromisso ético e pedagógico com uma educação que não apenas recebe o aluno com deficiência, mas o reconhece, o escuta, o desafia, o acompanha e acredita em suas possibilidades de desenvolvimento.

## **2.2. Práticas Pedagógicas Diferenciadas no Processo de Inclusão Escolar**

As práticas pedagógicas diferenciadas são fundamentais para que a inclusão escolar deixe de ser apenas uma intenção e se torne uma experiência concreta no cotidiano da sala de aula. De acordo com Feronatto (2022), a pedagogia diferenciada permite que o professor organize estratégias capazes de respeitar as singularidades dos alunos com deficiência sem afastá-los da convivência coletiva. Dessa forma, diferenciar a prática não significa separar, diminuir ou facilitar de maneira vazia, mas criar caminhos possíveis para que cada estudante participe, compreenda e avance em seu processo de aprendizagem.

No contexto das escolas públicas municipais, o professor encontra turmas marcadas por múltiplas realidades, histórias, ritmos e necessidades. De acordo com Fernandes (2024), o currículo inclusivo se concretiza quando a sala de aula passa a oferecer diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento. Isso pode acontecer por meio de materiais concretos, imagens, jogos, recursos tecnológicos, músicas, rodas de conversa, atividades colaborativas, uso de linguagem simples, apoio visual e formas variadas de avaliação. O importante é que o aluno com deficiência não seja retirado da experiência pedagógica comum, mas incluído nela com os apoios necessários.

O planejamento é uma das bases mais importantes das práticas pedagógicas diferenciadas. De acordo com Santos et al. (2025), as adaptações curriculares de pequeno porte podem orientar mudanças viáveis na prática docente, favorecendo a participação do aluno sem romper com os objetivos educacionais. Por isso, a inclusão não deve depender apenas de improvisos feitos durante a aula. Ela precisa ser pensada antes, com intencionalidade, observação do aluno, conhecimento de suas necessidades e

definição de estratégias que possam reduzir barreiras de aprendizagem.

As práticas diferenciadas também exigem uma escuta sensível do professor diante dos modos como cada aluno aprende. De acordo com Monteiro et al. (2023), a inclusão de estudantes com deficiência intelectual requer mediações cuidadosas, acompanhamento contínuo e valorização dos pequenos avanços. Muitas vezes, o progresso do aluno não aparece de forma imediata ou igual ao dos demais, mas se revela em gestos, tentativas, interações, maior autonomia e participação nas atividades. Por isso, o olhar docente precisa ser atento, humano e capaz de reconhecer conquistas que nem sempre cabem em avaliações tradicionais.

As metodologias ativas também podem contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas, desde que sejam usadas com planejamento e sensibilidade. De acordo com Sales et al. (2022), práticas gamificadas podem ampliar o engajamento dos estudantes ao tornar a aprendizagem mais dinâmica, participativa e próxima de suas experiências. Jogos, desafios, projetos, atividades em grupo e situações-problema podem favorecer a participação dos alunos com deficiência, especialmente quando o professor organiza papéis, recursos e tempos diferenciados para que todos consigam contribuir.

A arte, a música e outras linguagens expressivas também ocupam lugar importante em uma prática pedagógica diferenciada. De acordo com Filipak (2023), a presença da música e da arte no currículo amplia as possibilidades de formação humana, pois permite que os sujeitos expressem sentidos, emoções e conhecimentos por diferentes caminhos. Para muitos alunos com

deficiência, essas linguagens podem abrir portas que a atividade escrita tradicional nem sempre consegue abrir. Assim, a escola amplia as formas de participação e reconhece que aprender também envolve corpo, emoção, criatividade e convivência.

Outro aspecto essencial é o trabalho colaborativo entre professor da sala regular, profissional do Atendimento Educacional Especializado, gestão escolar e família. De acordo com Tourem et al. (2024), a integração entre família, práticas pedagógicas e tecnologias fortalece a inclusão escolar ao criar uma rede de apoio mais próxima das necessidades do estudante. O professor não deve carregar sozinho a responsabilidade pela inclusão, pois ela é um compromisso coletivo. Quando há diálogo entre os envolvidos, as estratégias se tornam mais coerentes, contínuas e significativas para o aluno.

Portanto, as práticas pedagógicas diferenciadas são caminhos necessários para construir uma escola mais justa, humana e incluyente. De acordo com Reis (2025), uma prática pedagógica voltada à diversidade precisa reconhecer que cada estudante possui modos próprios de aprender e participar. Dessa forma, o trabalho docente se torna mais sensível e intencional, pois deixa de buscar uma única forma de ensinar e passa a construir possibilidades variadas para que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento, à convivência e ao sentimento de pertencimento.

### **2.3. Desafios da Escola Pública Municipal na Construção de Uma Educação Inclusiva**

A construção de uma educação inclusiva nas escolas públicas municipais é um processo complexo, pois envolve mudanças

pedagógicas, estruturais, culturais e humanas. De acordo com Morais et al. (2023), a inclusão na rede municipal ainda apresenta desafios relacionados às condições da sala de aula, à prática docente e às percepções sobre os alunos com deficiência. Embora a matrícula seja um avanço importante, ela não garante, sozinha, a participação e a aprendizagem. A presença do aluno na escola precisa ser acompanhada de condições reais para que ele aprenda com dignidade.

Um dos maiores desafios enfrentados pela escola pública municipal está relacionado à formação dos professores. De acordo com Souza (2023), uma escola aberta para todos precisa investir em formação, diálogo e construção coletiva de estratégias inclusivas. Muitos docentes demonstram vontade de incluir, mas também revelam insegurança diante das necessidades específicas dos alunos com deficiência. Essa insegurança não deve ser interpretada como falta de compromisso, mas como sinal de que a formação inicial e continuada ainda precisa dialogar mais profundamente com a realidade da inclusão escolar.

A falta de recursos pedagógicos e de acessibilidade também aparece como uma dificuldade constante. De acordo com Ferreira (2022), o processo inclusivo de crianças autistas, por exemplo, exige planejamento, recursos adequados e compreensão das especificidades de cada estudante. Em muitas escolas, faltam materiais adaptados, tecnologias assistivas, espaços acessíveis, profissionais de apoio e tempo para planejamento colaborativo. Essas ausências não impedem a inclusão, mas tornam o caminho mais difícil e exigem da escola esforços que deveriam ser acompanhados por políticas públicas mais efetivas.

Outro desafio importante está na própria cultura escolar, que ainda pode carregar visões limitadas sobre a deficiência. De acordo com Reis (2025), a prática pedagógica voltada à diversidade exige mudança de olhar, sensibilidade e compromisso com o pertencimento dos estudantes. Quando o aluno com deficiência é visto apenas a partir de suas dificuldades, corre-se o risco de reduzir suas possibilidades. Porém, quando a escola o reconhece como sujeito capaz de aprender, participar e se desenvolver, novas práticas começam a ser construídas no cotidiano.

O currículo também representa um campo de tensão para os professores e gestores. De acordo com Moraes (2023), as políticas curriculares precisam ser analisadas criticamente, pois muitas vezes não consideram as desigualdades concretas vividas pelos estudantes da escola pública. Os docentes são cobrados por conteúdos, avaliações e resultados, mas também precisam respeitar ritmos, necessidades e formas diferenciadas de aprendizagem. Nesse cenário, a construção de um currículo incluyente exige coragem para rever práticas, flexibilizar percursos e defender uma aprendizagem com sentido para todos.

A gestão escolar possui papel essencial na superação desses desafios. De acordo com Sacramento et al. (2023), as inovações curriculares e pedagógicas dependem de mudanças institucionais, participação coletiva e abertura para novas formas de organizar o ensino. A inclusão não pode depender apenas da boa vontade de um professor específico. Ela precisa estar presente no projeto político-pedagógico, nas reuniões pedagógicas, na formação continuada, no diálogo com as famílias e na articulação entre sala comum e Atendimento Educacional Especializado.

A relação entre escola e família também precisa ser fortalecida nesse processo. De acordo com Tourem et al. (2024), a integração entre família, práticas pedagógicas e tecnologias pode ampliar as possibilidades de inclusão escolar. A família conhece aspectos importantes da vida do aluno, suas formas de comunicação, seus medos, interesses, avanços e dificuldades. Quando escola e família dialogam com respeito, sem culpabilizações, torna-se mais possível construir estratégias que acompanhem o estudante de forma mais humana e coerente.

Portanto, os desafios da escola pública municipal na construção de uma educação inclusiva são muitos, mas não devem ser vistos como impossibilidades. De acordo com Morais et al. (2023), compreender as percepções e dificuldades vividas na sala de aula é essencial para pensar respostas pedagógicas mais próximas da realidade escolar. A inclusão se constrói nas escolhas diárias, no cuidado com o planejamento, na escuta dos alunos, na formação dos professores e na decisão coletiva de fazer da escola um espaço onde todos possam aprender, participar e pertencer.

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o currículo adaptado, o currículo includente e as práticas pedagógicas diferenciadas voltadas aos alunos com deficiência nas escolas públicas municipais. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é relevante porque permite ao pesquisador entrar em contato com conhecimentos já produzidos sobre determinado tema, favorecendo a construção de uma análise mais fundamentada, crítica e organizada. Dessa forma, a escolha por esse

tipo de pesquisa possibilitou reunir contribuições teóricas importantes para compreender como a inclusão escolar vem sendo discutida no campo educacional.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida por permitir uma reflexão mais ampla sobre o tema, considerando que a inclusão de alunos com deficiência exige diálogo com autores, documentos, estudos acadêmicos e produções científicas já existentes. Assim, buscou-se compreender não apenas o conceito de currículo adaptado, mas também os limites dessa perspectiva quando ela se restringe a ajustes pontuais, simplificações ou atividades separadas para os estudantes com deficiência. Ao mesmo tempo, a investigação procurou identificar como o currículo includente pode ser pensado como uma proposta mais ampla, humana, democrática e comprometida com a participação de todos.

Para a realização do levantamento bibliográfico, foram utilizados descritores relacionados diretamente ao tema da pesquisa. Entre os principais descritores utilizados, destacam-se: currículo adaptado, currículo includente, currículo inclusivo, educação inclusiva, alunos com deficiência, práticas pedagógicas diferenciadas, flexibilização curricular, adaptação curricular, escolas públicas municipais e inclusão escolar. Esses termos foram pesquisados de maneira combinada, a fim de localizar estudos que dialogassem com os objetivos da investigação e contribuíssem para a construção do referencial teórico.

As buscas foram realizadas em plataformas acadêmicas e bases de dados reconhecidas pela produção científica na área da Educação. Foram consultados o Google Acadêmico, a SciELO, o Portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

Dissertações, conhecida como BDTD, além de repositórios institucionais de universidades brasileiras. Essas plataformas foram escolhidas por reunirem artigos científicos, dissertações, teses, livros, capítulos e outros materiais acadêmicos que possibilitam uma análise mais consistente sobre a inclusão escolar e as práticas curriculares voltadas aos alunos com deficiência.

Como critério de inclusão, foram selecionados estudos publicados, preferencialmente, nos últimos anos, especialmente entre 2022 e 2025, por apresentarem discussões mais recentes sobre currículo inclusivo, flexibilização curricular, práticas pedagógicas diferenciadas e educação especial na perspectiva inclusiva. Também foram incluídos materiais clássicos e documentos considerados relevantes para a compreensão do tema, desde que apresentassem relação direta com a problemática da pesquisa. Além disso, foram priorizados textos em língua portuguesa, com foco na realidade educacional brasileira e nas experiências desenvolvidas no contexto da escola pública.

Foram incluídos na análise artigos científicos, dissertações, teses, livros e estudos acadêmicos que abordassem a inclusão escolar de alunos com deficiência, o papel do currículo na garantia da aprendizagem, as práticas pedagógicas diferenciadas e os desafios enfrentados por professores e escolas públicas municipais. Também foram considerados estudos que discutem a importância da formação docente, da flexibilização curricular, do planejamento pedagógico e da atuação coletiva da escola no processo de inclusão. A seleção buscou reunir produções capazes de contribuir para uma visão sensível, crítica e fundamentada sobre o tema.

Como critérios de exclusão, foram descartados materiais que não apresentavam relação direta com o objeto de estudo, textos sem autoria identificada, publicações sem fundamentação acadêmica, materiais repetidos nas bases consultadas e estudos que tratavam da deficiência apenas de forma genérica, sem relação com currículo, práticas pedagógicas ou inclusão escolar. Também foram excluídos trabalhos que abordavam a inclusão apenas sob uma perspectiva legal ou administrativa, sem discutir os impactos pedagógicos no cotidiano da sala de aula. Esse cuidado foi necessário para garantir que o material selecionado estivesse alinhado aos objetivos da pesquisa.

Após a seleção dos materiais, foi realizada uma leitura exploratória, seguida de leitura seletiva e interpretativa. Inicialmente, foram observados os títulos, resumos e palavras-chave dos estudos encontrados. Em seguida, os textos considerados mais relevantes foram lidos de forma mais aprofundada, buscando identificar conceitos, argumentos, resultados e contribuições teóricas relacionados ao currículo adaptado, ao currículo includente e às práticas pedagógicas diferenciadas. Esse processo permitiu organizar as ideias centrais da pesquisa e construir uma base teórica coerente com o problema investigado.

A análise dos materiais foi feita de forma qualitativa, considerando os sentidos, aproximações e contribuições presentes nas produções selecionadas. Não houve intenção de quantificar os dados, mas de compreender como os autores discutem a inclusão escolar e de que maneira essas reflexões ajudam a pensar a realidade das escolas públicas municipais. Assim, a metodologia adotada permitiu construir uma reflexão fundamentada sobre os desafios e

possibilidades de superação de um currículo apenas adaptado, em direção a uma proposta curricular verdadeiramente includente.

Portanto, a metodologia bibliográfica mostrou-se adequada ao propósito da pesquisa, pois possibilitou reunir diferentes olhares sobre o tema e compreender que a inclusão escolar exige mais do que adaptações isoladas. Ela demanda um currículo flexível, práticas pedagógicas sensíveis, formação docente, planejamento coletivo e compromisso institucional. Dessa forma, o percurso metodológico adotado contribuiu para fortalecer a análise teórica do estudo e para sustentar a reflexão sobre a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas que garantam aos alunos com deficiência o direito de aprender, participar e pertencer ao espaço escolar.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu compreender que a discussão entre currículo adaptado e currículo includente ainda ocupa um lugar central nos debates sobre educação inclusiva nas escolas públicas municipais. De acordo com Santos et al. (2025), a flexibilização e a adaptação curricular são importantes quando utilizadas como estratégias de acesso ao conhecimento, e não como formas de reduzir a participação dos alunos com deficiência. Nesse sentido, o principal resultado encontrado foi que a adaptação curricular, quando feita de maneira isolada, pode até atender a uma necessidade imediata do estudante, mas não garante, por si só, uma inclusão efetiva. Para que a escola seja realmente inclusiva, é necessário que o currículo seja pensado desde o início para acolher diferentes formas de aprender, participar e expressar conhecimentos.

A análise dos estudos também revelou que o currículo includente se apresenta como uma proposta mais ampla, pois não coloca o aluno com deficiência como alguém que precisa apenas se ajustar ao modelo escolar já existente. De acordo com Fernandes (2024), o currículo inclusivo precisa ser vivido na sala de aula por meio de práticas que garantam a participação real de todos os estudantes. Isso significa que a inclusão não deve ser compreendida apenas como presença física na escola, mas como pertencimento, aprendizagem, convivência e reconhecimento. Assim, o currículo includente se diferencia do currículo apenas adaptado porque propõe uma reorganização pedagógica mais profunda, capaz de envolver planejamento, metodologias, avaliação, recursos e relações escolares.

Outro resultado importante identificado na pesquisa foi a relevância das práticas pedagógicas diferenciadas para a efetivação da inclusão escolar. De acordo com Feronatto (2022), a pedagogia diferenciada contribui para que o professor reconheça as singularidades dos alunos e organize estratégias que respeitem seus ritmos e possibilidades. Dessa maneira, o estudo evidenciou que práticas como uso de materiais concretos, recursos visuais, tecnologias assistivas, jogos, atividades colaborativas, arte, música, projetos e avaliações flexíveis favorecem a participação dos alunos com deficiência. Essas práticas não devem ser vistas como favorecimento ou privilégio, mas como condições necessárias para garantir equidade no processo de aprendizagem.

Também foi possível observar que a inclusão escolar exige uma mudança no olhar pedagógico dos professores e da escola como um todo. De acordo com Reis (2025), uma prática pedagógica voltada à diversidade precisa reconhecer que cada estudante possui

modos próprios de aprender e se desenvolver. Assim, os resultados apontam que o aluno com deficiência não deve ser definido por suas limitações, mas por suas possibilidades, seus avanços e suas formas próprias de interação com o conhecimento. Essa compreensão é fundamental, pois muitas práticas excludentes permanecem justamente quando a escola espera que todos aprendam da mesma maneira e no mesmo tempo.

**Tabela 1:** Principais achados da pesquisa

<b>Categoria analisada</b>	<b>Resultado identificado na pesquisa bibliográfica</b>	<b>Discussão realizada</b>
Currículo adaptado	Aparece como estratégia importante, mas limitada quando reduz conteúdos ou separa o aluno da turma.	Deve ser utilizado como apoio pedagógico, e não como forma de empobrecer a aprendizagem.
Currículo includente	Mostrou-se mais amplo, pois considera a diversidade desde o planejamento curricular.	Favorece pertencimento, participação e aprendizagem significativa dos alunos com deficiência.
Práticas pedagógicas diferenciadas	Foram identificadas como essenciais para garantir acesso ao conhecimento.	Devem envolver recursos, metodologias variadas, avaliação flexível e mediação docente.
Formação docente	Apareceu como uma das maiores necessidades para fortalecer a inclusão.	Professores precisam de apoio, formação continuada e planejamento coletivo.
Desafios da escola pública	Foram encontrados desafios estruturais, pedagógicos e culturais.	A inclusão depende de compromisso institucional, recursos e trabalho colaborativo.

**Fonte:** Autores, 2026.

Os resultados também demonstraram que a formação docente é um elemento decisivo para a construção de práticas mais inclusivas. De acordo com Souza (2023), uma escola aberta para todos precisa investir em formação, diálogo e construção coletiva de estratégias pedagógicas. Muitos professores enfrentam dificuldades não por falta de sensibilidade ou compromisso, mas porque não receberam, ao longo de sua trajetória formativa, preparo suficiente para lidar com as múltiplas necessidades presentes na sala de aula. Desse modo, a inclusão escolar precisa ser compreendida como responsabilidade coletiva, exigindo apoio da gestão, da coordenação pedagógica, do Atendimento Educacional Especializado e das políticas públicas.

A pesquisa ainda indicou que as práticas pedagógicas diferenciadas se tornam mais potentes quando são acompanhadas de planejamento colaborativo e recursos adequados. De acordo com Tourem et al. (2024), a integração entre família, práticas pedagógicas e tecnologias fortalece a inclusão ao ampliar as redes de apoio ao estudante. Isso mostra que a escola não pode caminhar sozinha, nem o professor pode assumir isoladamente todos os desafios da inclusão. Quando há diálogo com a família, articulação com profissionais especializados e uso consciente de tecnologias, o aluno com deficiência passa a ser acompanhado de maneira mais integral e humanizada.

Outro ponto relevante da discussão refere-se aos desafios estruturais e culturais ainda presentes nas escolas públicas municipais. De acordo com Morais et al. (2023), a inclusão nas redes municipais enfrenta dificuldades relacionadas às condições da sala de aula, à

prática docente e às percepções construídas sobre a deficiência. A falta de recursos, de acessibilidade, de materiais adaptados e de formação continuada interfere diretamente na qualidade da inclusão. No entanto, além das barreiras materiais, existem barreiras atitudinais, quando a escola ainda enxerga o aluno com deficiência como incapaz ou como responsabilidade exclusiva de um profissional específico.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica permite afirmar que a construção de um currículo includente exige mais do que adaptações pontuais. De acordo com Monteiro et al. (2023), as práticas inclusivas precisam considerar mediações constantes, respeito ao tempo de aprendizagem e valorização dos avanços dos estudantes. A discussão realizada mostra que incluir é reorganizar a escola para que todos tenham condições reais de aprender. Isso envolve reconhecer diferenças, flexibilizar percursos, diversificar estratégias e construir uma cultura escolar mais acolhedora, democrática e comprometida com o desenvolvimento de cada aluno.

Portanto, os resultados da pesquisa indicam que o currículo includente é o caminho mais coerente para fortalecer a educação inclusiva nas escolas públicas municipais. De acordo com Santos et al. (2025), a flexibilização curricular deve estar a serviço da participação e da aprendizagem dos alunos com deficiência. Assim, conclui-se que o currículo adaptado pode ser necessário em determinadas situações, mas não deve ser o ponto final da inclusão. A escola precisa avançar para uma concepção includente, na qual o aluno com deficiência seja reconhecido como sujeito de direitos, capaz de aprender, conviver, participar e construir conhecimentos em um ambiente verdadeiramente acolhedor.

## 5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como propósito refletir sobre o tema “Currículo adaptado ou currículo includente? Reflexões sobre práticas pedagógicas diferenciadas para alunos com deficiência nas escolas públicas municipais”, buscando compreender de que maneira as práticas pedagógicas diferenciadas podem contribuir para a construção de um currículo verdadeiramente inclusivo. Ao longo do estudo, foi possível perceber que a inclusão escolar não pode ser reduzida à matrícula do aluno com deficiência na escola comum, pois estar presente fisicamente no espaço escolar não significa, necessariamente, participar, aprender, interagir e sentir-se pertencente à comunidade educativa.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, compreendeu-se que o currículo adaptado possui importância quando utilizado como estratégia pedagógica para remover barreiras e garantir o acesso do aluno ao conhecimento. No entanto, quando a adaptação curricular é compreendida apenas como simplificação de atividades, redução de conteúdos ou separação do estudante em relação ao restante da turma, ela pode acabar reforçando práticas excludentes dentro de um espaço que deveria ser inclusivo. Dessa forma, a pesquisa evidenciou que o problema não está em adaptar, mas em limitar a inclusão apenas a ajustes pontuais e superficiais.

Nesse sentido, o estudo apontou que o currículo includente representa uma perspectiva mais ampla, sensível e comprometida com a diversidade. Um currículo includente não espera que o aluno com deficiência se encaixe em uma estrutura rígida e previamente definida. Ao contrário, ele reconhece que a escola precisa reorganizar suas práticas, seus planejamentos, suas metodologias,

seus recursos e suas formas de avaliação para atender aos diferentes modos de aprender. Assim, o aluno deixa de ser visto apenas por suas limitações e passa a ser reconhecido em suas possibilidades, ritmos, linguagens e potencialidades.

O objetivo geral da pesquisa, que consistiu em analisar como as práticas pedagógicas diferenciadas têm contribuído para a construção de um currículo incluyente para alunos com deficiência nas escolas públicas municipais, foi alcançado. A análise permitiu compreender que essas práticas são fundamentais para tornar o currículo mais acessível, participativo e humano. Estratégias como uso de materiais concretos, recursos visuais, tecnologias assistivas, atividades colaborativas, jogos, músicas, arte, avaliação flexível e mediação docente sensível contribuem para que o estudante com deficiência participe de forma mais significativa do processo de ensino e aprendizagem.

Os objetivos específicos também foram contemplados ao longo do trabalho. O primeiro objetivo, voltado a identificar como o currículo tem sido organizado e desenvolvido para atender às necessidades dos alunos com deficiência, permitiu perceber que ainda existem muitos desafios na passagem de um currículo apenas adaptado para um currículo realmente incluyente. O segundo objetivo, relacionado à compreensão das práticas pedagógicas diferenciadas utilizadas pelos professores, mostrou que a inclusão se fortalece quando o docente diversifica suas estratégias e reconhece que os estudantes aprendem por caminhos diferentes. Já o terceiro objetivo, que buscou refletir sobre os desafios enfrentados pela escola e pelos docentes, evidenciou a necessidade de formação continuada, recursos adequados, apoio especializado e compromisso coletivo.

A pesquisa também respondeu ao problema proposto, ao demonstrar que as práticas pedagógicas diferenciadas contribuem para a construção de um currículo includente quando são planejadas com intencionalidade, sensibilidade e compromisso com a participação de todos. Essas práticas não devem ser vistas como ações isoladas ou improvisadas, mas como parte de uma concepção pedagógica que compreende a inclusão como direito. A escola pública municipal precisa, portanto, superar a ideia de que incluir é apenas oferecer uma atividade diferente ao aluno com deficiência. Incluir é garantir que esse aluno esteja presente nas experiências coletivas, participe das propostas da turma, seja ouvido, acompanhado e reconhecido como sujeito capaz de aprender.

A metodologia bibliográfica mostrou-se adequada para o desenvolvimento do estudo, pois possibilitou reunir contribuições teóricas relevantes sobre currículo, inclusão escolar, práticas pedagógicas diferenciadas e desafios da escola pública. Por meio da análise dos autores selecionados, foi possível construir uma reflexão crítica sobre os limites do currículo adaptado e as possibilidades do currículo includente. Essa escolha metodológica permitiu compreender que a inclusão escolar não depende de uma única ação, mas de um conjunto de práticas articuladas, envolvendo professores, gestão escolar, Atendimento Educacional Especializado, família e políticas públicas.

Conclui-se, portanto, que a construção de um currículo includente nas escolas públicas municipais é um processo necessário, urgente e profundamente humano. A inclusão exige mais do que boa vontade. Ela exige formação, planejamento, escuta, recursos, acessibilidade, colaboração e mudança de olhar. O aluno com deficiência não pode ser tratado como alguém que está fora do padrão, mas como parte

legítima da diversidade que compõe a escola. Quando o currículo reconhece essa diversidade, ele se torna mais justo, mais democrático e mais próximo da realidade dos estudantes.

Por fim, esta pesquisa reforça que a escola pública municipal tem um papel essencial na garantia do direito à educação de todos os alunos. Para isso, é necessário avançar de práticas meramente adaptativas para práticas verdadeiramente includentes, capazes de promover aprendizagem, pertencimento e dignidade. O currículo includente não é apenas uma proposta pedagógica, mas um compromisso ético com uma escola que acolhe, ensina, respeita e acredita nas possibilidades de cada estudante. Assim, pensar em inclusão é também pensar em uma educação mais humana, sensível e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FERNANDES, Eredi Gonçalves Ferreira. O currículo inclusivo na sala de aula. 2024.

FERONATTO, Priscila Damo. Pedagogia diferenciada na inclusão escolar de alunos com deficiência. 2022.

FERREIRA, Mylene Oliveira Vieira. Educação inclusiva na escola-autismo: desafios e possibilidades na construção do processo inclusivo de crianças autistas. Editora Dialética, 2022.

FILIPAK, Renata. Música e arte no currículo do ensino médio integrado do Instituto Federal de São Paulo: por uma educação politécnica, omnilateral e emancipadora. 2023.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MONTEIRO, Janete Lopes; MARCHI, Rita de Cassia. Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual. Revista Educação Especial, v. 36, n. 1, p. e7/1-26, 2023.

MORAES, Aline. Base Nacional Comum Curricular e reforma do ensino médio no Brasil: a “derforma” da juventude. Millcayac: Revista Digital de Ciencias Sociales, v. 10, n. 18, p. 5, 2023.

MORAIS, Ana Stela da Silva et al. A educação inclusiva em uma escola da rede municipal de Manaus: desafios e percepções na sala de aula. 2023.

REIS, Mikelle Rophiman dos. Reflexões sobre a inclusão escolar: caminhos para uma prática pedagógica voltada à diversidade. 2025.

SACRAMENTO, Sheila Janaina Santos; RODRIGUES, Marlene; SANTOS, Dieny Moraes dos. Práticas pedagógicas e inovações curriculares na educação superior. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 14, n. 41, p. 495-515, 2023.

SALES, Mary Valda Souza; SANTOS, Maria Margarete Cerqueira dos. Práticas pedagógicas gamificadas na EJA: perspectivas metodológicas. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, v. 5, n. 09, p. 149-167, 2022.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; PEREIRA, Silvânia Santos. Flexibilização e adaptação curricular de pequeno porte: apontamentos legais, conceituais e orientadores à prática pedagógica inclusiva. Cadernos da FUCAMP, v. 42, 2025.

SOUZA, Ingrid Barcelos de. Desafios da educação inclusiva: uma escola aberta para todos. 2023.

TOUREM, Rafael Viêro et al. Educação inclusiva: explorando o potencial da integração entre família, práticas pedagógicas e tecnologias para a inclusão escolar. 2024.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Educação Instituição: Universidade Autónoma de Assunção (UAA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Doutorando pela Universidade USC (Universidade de San Carlos - PY). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Mestre pela Universidade Universidade Columbia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Assunção (UAA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)